

Canal Energia – 26/08/2008

Meio ambiente: especialistas identificam melhora na relação entre empreendedores e atingidos por barragens

Custo socioambiental fica, atualmente, entre 17% a 20% do projeto, contra 6% a 10% até os anos 1990, segundo dados de pesquisa

Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, de São Paulo*, Meio Ambiente

Cerca de 200 mil pessoas foram desalojadas para a construção de aproximadamente 150 usinas em todo o país em um período de 55 anos, entre 1950 e 2005, segundo estudo do professor Célio Bermann, do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo. "O setor elétrico tem um passivo social muito grande", disse ele durante o **IV Fórum Acende Brasil: O Homem e a Usina - Transparência e Diálogo para um Brasil com Energia**, realizado nesta segunda-feira, 25 de agosto, em São Paulo.

Para Bermann, houve uma evolução significativa na relação dos empreendedores e das famílias atingidas pelos projetos. "Tem havido uma evolução, aumento da sensibilidade das empresas", constatou. Essa foi a constatação dos outros participantes do evento. Segundo **Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**, essa melhora no relacionamento ocorreu nos últimos 15 anos. "Quase todos que foram assistidos reconheceram o impacto positivo. Os avanços têm que ser preservados para as etapas seguintes", afirmou.

O Ministério de Minas e Energia está atento as questões sobre indenizações de proprietários de terra e, principalmente, dos trabalhadores não-proprietários, como meeiros e posseiros. De acordo com Márcia Camargo, coordenadora de Gestão Socioambiental do MME, será apresentado em setembro, internamente, um estudo para padronização do regramento das indenizações. "É um regramento específico, mais detalhado para os aspectos dos impactos sociais porque padroniza, cria normas mais efetivas e tem visão estratégica para os empreendimentos", explicou.

O investimento socioambiental ganhou nos últimos anos um peso maior no custo total de um empreendimento de energia elétrica. Ainda segundo Márcia, baseando-se em um estudo realizado em conjunto com o Banco Mundial, esses custos representam, em média, atualmente, de 17% a 20% do empreendimento; contra 6% a 10% até os anos 1990. Um exemplo claro disso é a hidrelétrica de Estreito (TO/MA-1087 MW). A usina vai investir cerca de R\$ 500 milhões na área, em um custo total de R\$ 3 bilhões.

O presidente do Consórcio Estreito Energia, José Renato Rodrigues Pontes, contou que serão desapropriadas 2,4 mil propriedades, das quais metade já está negociada. "São oito mil pessoas, em duas mil famílias, entre proprietários residentes e meeiros e posseiros. Estamos no processo de aquisição das propriedades", disse. O Cestes ainda participa de 10 comitês de co-gestão para manter o diálogo com os municípios atingidos, além de ter feito os planos diretores dos 12 municípios atingidos pela barragem.

Esses custos continuam depois da entrada em operação da usina. Apenas a Compensação Financeira por Utilização de Recursos Hídricos deve levar cerca de R\$ 1,660 bilhão este ano. O recurso é distribuído entre os municípios e estados atingidos, que ficam com 80% do total, e os ministérios de Minas e Energia, Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente. O **Acende Brasil** pediu maior transparência na aplicação desses recursos com controle social. E que eles sejam investidos através dos planos diretores.

Esse relacionamento mais próximo entre empreendedores e as famílias da localidade, ao mesmo tempo em que é bem-vindo, traz preocupação. "Não é um relacionamento de iguais", lembra Sandra Currereau, subprocuradora-geral da República, que defende o acompanhamento por entidades independentes, como o Ministério Público, das negociações. Essa questão, se deve haver ou não intermediação de uma terceira parte, gerou controvérsia no fórum, não chegando a um consenso.

A subprocuradora refutou a fama do MP de "emperrar o desenvolvimento" do país. "O Ministério Público está cumprindo seu papel institucional", frisou Sandra. Ela pediu que os estudos e

relatórios de impacto ambiental sejam mais bem elaborados para que sejam compreensíveis pelas populações atingidas. O acompanhamento pelo MP Federal de projetos do governo desde o início é, segundo ela, indicativo de que pode haver uma redução dos questionamentos. Somente a hidrelétrica de Estreito tem 12 ações civis públicas correndo na Justiça, segundo Pontes.

Os participantes concordaram que houve avanços sobre a questão socioambiental dos empreendimentos e que mais precisa ser feito. "Os reservatórios da região Norte hoje são 10 vezes menores do que há 20 ou 30 anos", exemplificou Márcia Camargo, do MME, acrescentando que eles não têm mais os impactos dos anteriores.

De acordo com Pontes, os empreendedores estão mais conscientes. "Devemos construir as usinas com o menor custo possível para modicidade tarifária, levando em conta as preocupações socioambientais", resumiu **Claudio Sales**, durante o evento.

* O repórter Alexandre Canazio viajou a convite do **Instituto Acende Brasil**